

VAZIOS URBANOS EM MONTES CLAROS: POTENCIAL URBANÍSTICO E POSSIBILIDADES DE APROPRIAÇÃO DAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Tainá Ferreira da Rocha
(ESALQ/USP)

Hélder dos Anjos Augusto
(UFMG)

RESUMO

A prática da agricultura urbana, no caso brasileiro, se constitui em uma modalidade socioespacial que está em pleno crescimento dada sua importância econômica, social, ambiental e arquitetônica nas diversas cidades do país. Estrategicamente, esta prática tornou-se uma realidade no município de Montes Claros, analisadas neste estudo como parte dos resultados de trabalho de conclusão do curso de agronomia. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo apresentar as contribuições da Agricultura Urbana no município de Montes Claros – MG, levando em consideração os principais desafios e potencialidades dessas práticas agrícolas. Dessa forma, buscou-se identificar e analisar documentos, informações geográficas, depoimentos de agricultores, bem como, visitas em campo. Diante dos procedimentos exploratórios e a sistematização dos coletados em campos, as análises sugerem que a Agricultura Urbana é uma prática realizada de maneira ampla no município, visto que, foram identificados agricultores que desenvolvem a atividade de forma coletiva e individual. As práticas coletivas revelam, de certa forma, um nível de organização de base, com presença de pelo menos as ações das associações dos bairros. Já as práticas espontâneas, ficou constado a ausência de algum órgão, público ou privado, como influenciador na referida prática. O estudo aponta, também, várias modalidades da prática agrícola no ambiente urbano, como: hortas socioespaciais; hortas singulares e hortas pedagógicas. Contudo, o estudo revela que a maior parte das hortas urbanas são desenvolvidas em terrenos públicos e em lotes de propriedade privada, livre de construções. Também foi observado que as hortas urbanas têm usos múltiplos podendo se constituir como: espaços verdes; espaços de produção de alimentos; espaços de economia e; espaços de terapia ocupacional.

Palavras-chave: Espaços Ociosos, Práticas Agrícolas, Readequação Urbanística, Montes Claros, MG.

INTRODUÇÃO

Os grandes centros urbanos, caracterizados pela presença de elevada densidade populacional, são uma característica predominante em todo o mundo, em vista do crescente processo de urbanização. A intensidade da urbanização ocasiona modificações na natureza, e principalmente pode interferir na qualidade de vida das pessoas devido possíveis impactos no ambiente sem considerar a capacidade de suporte do ambiente, por meio da construção de estradas, casas e indústrias, por exemplo, a população das cidades sofre com a diminuição da qualidade ambiental, o que pode interferir na qualidade de vida das pessoas. Com isso, os gestores públicos responsáveis pelo ordenamento territorial urbano têm se esforçado em propor estratégias para o desenvolvimento sustentável nas cidades, no entanto, inclui muitos desafios ligadas a segurança alimentar e nutricional da população.

Para Scarlato (1995) essa realidade, trouxe diversas reflexões relativas as interações entre urbano e rural no sentido de coibir as alterações ambientais, econômicas e sociais, bem como, readequação do mosaico urbanístico enquanto fator de qualificação ambiental e paisagístico, estético e lazer, como também, ambientes promissores para obtenção de alimentos saudáveis. Além dos dados demográficos as atividades desenvolvidas no meio urbano, também devem ser consideradas, pois determinadas características são variáveis para cada região. Contudo, as áreas urbanas, passam por constantes modificações ao longo da sua formação, sendo que, determinados espaços se formam a partir de reflexos do processo de urbanização, dessa forma, alguns ambientes se tornam remanescentes, como aqueles localizados a margem de ferrovias, indústrias desativadas e áreas portuárias, que perdem sua identidade, além disso, é comum a marginalização das espécies arbóreas endêmicas e demais árvores presentes.

No âmbito do meio ambiente, sabe-se que as cidades são grandes consumidoras de recursos naturais, que por sua vez, promovem efeitos avassaladores, como impacto direto na qualidade de vida, principalmente em questões relativas à segurança alimentar (FERREIRA e CASTILHO, 2007). Neste sentido, estratégias inovadoras sobre ambiente e cidade se tornam necessárias para mitigar os danos. Afinal, das modificações que ocorrem no planeta, as cidades

são as principais causadoras de mudanças em curto prazo, e apresentam sérios agravantes (OJIMA e HOGAN, 2008). Com isso, o processo de planejamento urbano sustentável segue então estratégias que tendem a agregar benefícios adquiridos pela competência ambiental, econômica e social, visando a promoção de uma maior satisfação na qualidade de vida dos habitantes.

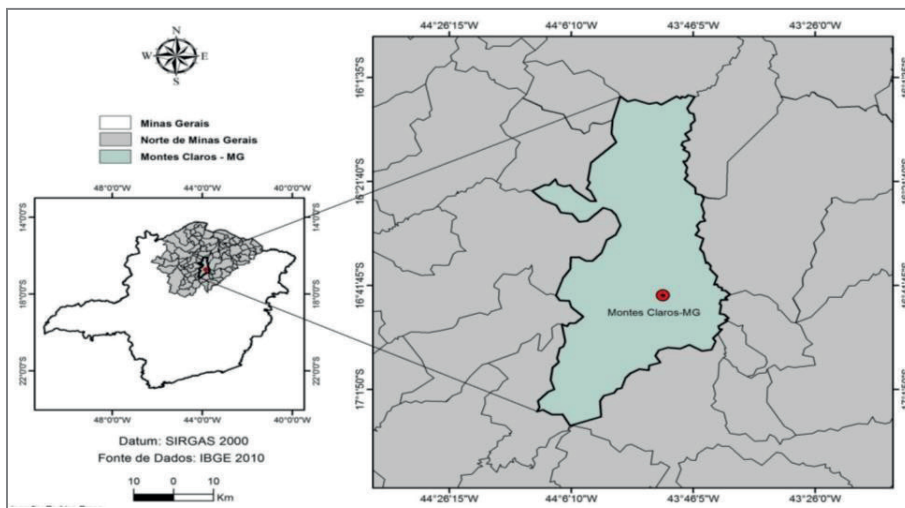
Estudo de Ferreira e Castilho (2007) aponta que as novas configurações do espaço urbano, com implantação de hortas urbanas, têm proporcionado à cidade multifuncionalidades, e ultrapassa a produção de alimentos e que, beneficia outros elementos do ambiente urbano, como, as áreas verdes, os espaços de recreio e lazer, os edifícios, a economia, a paisagem, entre outros, sendo considerada por isso no planejamento urbanístico. Com esta nova abordagem, Agricultura Urbana ganha destaque devido a diversidade que pode ser empregada, promovendo benefícios para a população, envolvendo a produção de alimentos frescos, contribuindo para segurança alimentar, nutricional e geração de empregos.

No Norte de Minas Gerais, a cidade de Montes Claros se destaca no processo de urbanização, apresentando um crescimento de população abrupto. No entanto, problemas relativos a planejamento estrutural, é a realidade mais demonstrada nas pesquisas, na qual, leva a formação de vazios urbanos, culminando em problemas ambientais e sociais (CANAN, 2014). Mediante a conjuntura do supracitado, é notório a importância da Agricultura Urbana em regiões que apresentam expansão do processo de urbanização, pois, a partir das práticas agrícolas vinculadas a produção, é possível mitigar as preocupações com acúmulo de lixo, insegurança, infestação de doenças e pragas, entre outras, ocasionadas pelos espaços vazios presente nas cidades, como também, assegurar as questões ligadas a segurança alimentar e nutricional da população, além dos aspectos voltados para a sustentabilidade. É nesta perspectiva que este estudo analisa a contribuição das práticas de Agricultura Urbana em alguns bairros de Montes Claros – MG.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido no município de Montes Claros que está localizado no Norte de Minas Gerais e apresenta um contingente populacional de 361.915 habitantes e uma densidade demográfica equivalente a 101,41 hab./km², bem como uma extensão territorial de 3.568,41 km², conforme aponta os dados do Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010). Dessa forma, a Figura 1 representa a localização do município de Montes Claros. Para melhor ilustração do referido município, a figura 01 apresenta da localização geográfica no estado de Minas Gerais e na Mesorregião.

Figura 01. Mapa representativo do município de Montes Claros – MG.



Fonte: Pinheiro (2017).

Para o estudo, foram realizadas pesquisas em banco de dados demográficos do IBGE visando uma análise e contextualização do mosaico urbanístico da cidade de Montes Claros, que envolve aspectos de expansão urbana, bem como, características históricas da região. Sendo assim, foram utilizados dados disponibilizados pelo IBGE (2010) para avaliação da distribuição geográfica da cidade.

Considerando, as práticas de agricultura urbana, foi desenvolvida uma análise do perfil dos agricultores, através de observação em campo e respectivas características de produção agrícola, enquanto a compreensão da dinâmica da cidade associada ao processo de urbanização, verificou-se, dados documentais

por métodos estatísticos oficiais, considerando as características demográficas e econômicas da macrorregião. Ou seja, foram utilizados dados oriundos dos seguintes meios: Prefeitura Municipal de Montes Claros (Secretaria Municipal de Agricultura e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Fundação João Pinheiro.

O contato junto aos agricultores se fundamentou na observação participante no processo das práticas agrícolas. Neste estudo de caso a observação participante foi considerada a principal técnica de recolha de dados, na qual a pesquisadora se envolveu nas atividades que observou participando nelas ativamente. Durante a pesquisa a pesquisadora não foi vista como uma estranha, mas como um elemento do grupo em que se insere. Observou participativamente, de dentro do ambiente dos vazios urbanos individuais e coletivos, tendo a possibilidade de presenciar e anotar alguns aspectos relacionados com os cenários de produção agrícola. Esta forma de observação facultou um melhor conhecimento e compreensão da realidade, uma vez que permitiu escutar “as vozes dos agricultores urbanos e dos técnicos dos técnicos da EMATER” acerca dos aspectos relacionados com o desenvolvimento das atividades no dia-a-dia. As informações resultaram essencialmente de conversas informais e casuais dentro dos domicílios conexos as áreas de produção e nas atividades coletivas dos agricultores.

Durante o trabalho de campo surgiu a oportunidade de diálogo com os agricultores urbanos que teceram alguns depoimentos, com abordagens sobre a trajetória e evolução das práticas da agricultura urbana na cidade de Montes Claros. Outra informação pertinente do estudo, foram as motivações iniciais para o desenvolvimento das atividades agrícolas em ambientes urbanos e as correlações das atividades com processo de urbanização e migração. Nesta fase de campo, foram realizadas várias visitas nas áreas de produção, além da participação em reuniões e diálogo sobre a referida prática nos vazios urbanos.

O processo de sistematização e análise dos dados pesquisados foi efetuado em duas frentes, a primeira está relacionada ao processo de análise ao mesmo tempo em que se processa a recolha dos dados, ficando este praticamente completo no final da recolha, e a segunda, envolveu a recolha dos dados antes da realização da análise, *embora nos estudos qualitativos esta abordagem nunca seja exclusivamente utilizada, uma vez que vai existindo uma reflexão, sobre o*

que se vai descobrindo enquanto se está no terreno da investigação (BOGDAN e BIKLEN, 1994:206).

No caso específico deste estudo, se efetuou a análise de dados em simultâneo com o processo de recolha, e pesquisadora, como principal “instrumento” do estudo, utilizou vários instrumentos de recolha de dados, permitindo o cruzamento da informação proveniente de várias fontes, praticamente todas primárias. O processo de análise de dados, iniciou-se logo após as primeiras recolhas de dados e permitiu a reorientação da recolha de dados em direção a questões, dúvidas ou impressões que iam surgindo e assim se aprofundou o estudo sem perder de vista as questões iniciais.

Neste sentido, a pesquisadora procurou ser clara nas suas descrições, enriquecendo-as com todas as evidências que suportam a sua interpretação, ou seja, procurou produzir texto bem documentado e pormenorizado, recorrendo a diversas triangulações, quer em relação às diferentes fontes de recolha de dados quer em relação ao tipo de abordagem metodológica utilizada.

POTENCIALIDADES NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - MG

Plano diretor do município¹

Elaborado pelo poder executivo municipal, o plano diretor do município de Montes Claros, após revisões em meados de 2016, constitui um instrumento legal com objetivo de promover orientações do uso e ocupação do solo no município de Montes Claros, o capítulo I do documento apresenta como ênfase os aspectos coletivos e desenvolvimento sustentável denominado “Princípios Fundamentais” com ênfase na Política de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do município, assegurando perspectivas ecológicas através de um equilíbrio dos planos de desenvolvimento do território definido em seu Artigo 2º, o planejamento urbano também conceitua ações conjuntas de associação

¹ Informações extraídas do antigo Plano diretor de 2001 e da Lei complementar no 53, de 01 de dezembro de 2016. Novo Plano Diretor de Montes Claros – MG.

públicas e privadas voltadas para o bem-estar e assegurar melhorias na qualidade de vida habitantes do município.

No entanto, de acordo com o supracitado, o Artigo 3º define o Plano Diretor como “instrumento básico” da Política de Desenvolvimento e Expansão Urbana do Município de Montes Claros – MG, trata de medidas de planejamento municipal e envolve todo o território da macrorregião sendo sujeito a modificações, durante revisões previstas a cada dez anos.

Os principais objetivos dessa Política de Desenvolvimento, também estão associadas ao Ordenamento Territorial Integrado e Sustentável do Município de Montes Claros, ressignado no Artigo 5º do documento, com aspectos que visam a adequação do “uso e ocupação do solo e funções sociais da propriedade”, também é mencionado como segundo objetivo, “melhoria da qualidade de vida urbana e rural, garantindo a qualidade de vida e bem estar dos integrantes do município” e “o acesso a moradia, mediante a oferta disciplinada do solo” também é citada como objetivo; “promover a integração das funções sociais da cidade e do campo” compõe o sexto objetivo, bem como, o sétimo objetivo que visa “promover e institucionalizar as políticas de ordenamento do espaço urbano, dos processos de adensamento e expansão urbana, de forma a orientar a melhor distribuição dos recursos públicos, maximizar a utilização da infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos”.

A “Função Social da Propriedade” é definida no capítulo II e menciona que propriedades públicas ou privadas mediante a lei promovem de maneira legal na legislação as funções sociais quando garantem a sociedade os seguintes atributos: “acesso a propriedade imobiliária”; em seu parágrafo único, as premissas destacadas são: “o atendimento as necessidades dos cidadãos, desenvolvimento de atividades econômica, qualidade ambiental do território do município; respeito aos proprietários de áreas vizinhas, com diretrizes do planejamento urbano”.

No capítulo V do Plano Diretor do Município, estão estipuladas considerações com discursões referentes ao “Macrozoneamento” a ênfase principal está associada a ocupação das áreas em adensamento e também aqueles definidos como vazios urbanos, com isso, o Artigo 12º define diferentes tipos de áreas e suas respectivas características, dentro das propriedades mencionadas, destaca-se a “Área de Urbanização Prioritária I” destinada aos aspectos de aglomerados

urbanos existentes , ocupação dos espaços não utilizados ou subutilizados, ou seja, os vazios urbanos, sendo destacado com prioridade imediata, para investimentos públicos preferencialmente.

O capítulo seguinte, aborda os “Instrumentos Territoriais da Política Urbana” estipuladas no Estatuto da Cidade e dividido em duas partes, a primeira voltada a questões de legislação e contexto político, enquanto a segunda, é voltada para planejamento Municipal, ambos associados para ações que visam a ocupação de espaços subutilizados, desenvolvimento de instrumentos mitigatórios para abster-se da especulação imobiliária e formação de vazios urbanos com estratégias de: Usucapião especial de imóvel urbano, IPTU progressivo, ao longo do tempo.

Contudo, outra medida mitigatória do instrumento, se refere ao parcelamento, edificação ou utilização compulsórias, empregada ao ser comprovada a presença de vazio urbano em determinado local, o que é caracterizado como descumprimento com supracitado, ocasionando a aplicação de IPTU progressivo, durante um período de 5 anos, caso a situação não seja regularizada, é aplicada uma medida de desapropriação, entretanto, o Plano Diretor de Montes Claros, mediante o critério de aplicação progressiva de IPTU não deixa clara as especificações a longo prazo, a medida que não seja identificada a comprovação do respectivo proprietário, tornando implícito que de maneira generalizada pode ser aplicado para todas as áreas comprovadas como vazios urbanos.

Nesse sentido, através do Plano Diretor de Montes Claros, foi possível realizar um embasamento para levantamento de informações sobre medidas mitigatórias em vigência para imóveis que não apresentam edificações, sendo pertinente destacar a aprovação do Projeto de Lei Complementar 42/13 aprovado em 05/2013, mediante alterações tributárias em alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sendo assim, áreas que apresentam edificações não sofrem outras alterações além da correção imobiliária, enquanto áreas não edificadas passam a sofrer reajustes, no entanto, esse projeto é definido como incentivo a modificações nos vazios urbanos.

Em relação ao usucapião de imóveis, os critérios seguem as especificações constitucionais do artigo 183 da Constituição Federal, onde, as áreas urbanas de até duzentos e cinquenta metros quadrados, quando utilizada de maneira ininterrupta e mediante ausência de oposição, por aquele que destina o local

como moradia, e não apresente nenhum outro vínculo com propriedades urbanas ou rurais, adquirir o domínio da área, é pertinente destacar que a propriedade no direito usucapião pode ser regularizada por lei.

Nesse contexto, vale ressaltar, que apesar de apresentar instrumentos voltados para repressão da especulação imobiliária, o Plano diretor de Montes Claros, apresenta poucas diretrizes e especificidades voltadas para alternativas que visam alocação ou emprego de atividades ecológicas em áreas que não apresentam proprietários, visto que, de acordo com o Decreto nº9.9.760 dispõe a Lei dos Bens Imóveis da União, que define no seu Artigo 1º a autonomia sobre bens perdidos em processo judiciário federal (provavelmente uma realidade em muitas áreas de Montes Claros).

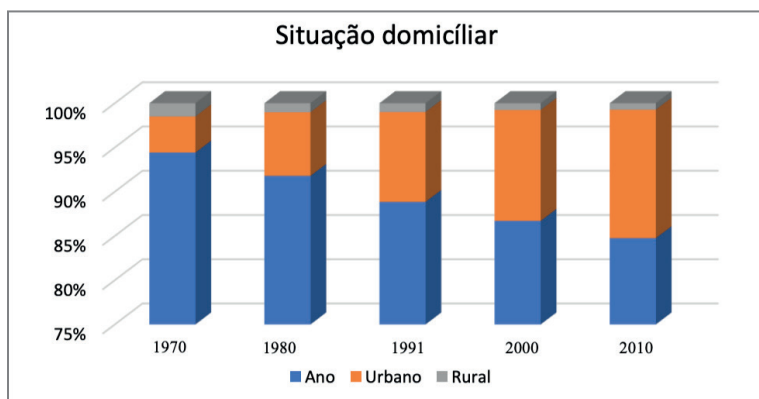
Caracterização do município

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), o município de Montes Claros possui a maior concentração populacional na região do Norte de Minas. A cidade é considerada o polo da região e constitui um atrativo da população rural do município, como de outros municípios da região norte de Minas. Em relação a distribuição da população por área, o município apresenta uma relação rural e urbana variável e dinâmica em relação a densidade de cada área, conforme o gráfico 01, que a partir da década de 1990, ocorreram crescimentos significativos na média da população urbana, com acréscimo de 55.244 pessoas em 2010, quando comparado ao ano anterior.

Em 1960, Montes Claros era considerada rural, pelo fato da sua população estar concentrada no rural, uma característica de todo o Brasil nessa década. A parte urbana de Montes Claros teve o seu crescimento demográfico acelerado nas décadas de 1960 e 1970 (IBGE, 2010).

Contudo a década de 1970, a área urbana já respondia por 85.154 habitantes. Em dez anos, a quantidade de habitantes praticamente dobrou. De acordo com o Censo Demográfico de 1980, a área urbana passou a ter 155.313 habitantes. É na década 1970 que o rural passou por profundas modificações e que de certa forma contribuíram para o deslocamento de populações para áreas urbanas.

Gráfico 01. Situação domiciliar (Rural/ Urbano) em Montes Claros – MG.



Fonte: IBGE (2010).

A cidade vinha recebendo investimentos em infraestrutura desde a sua inclusão na área de atuação da SUDENE, criando a regularidade no fornecimento de energia para a instalação de novas indústrias e aumento da produtividade das já existentes, bem como uma rede de transporte que interligava a cidade às demais microrregiões do norte de Minas Gerais. Essas ações contribuíram para o deslocamento de populações para a cidade, vindas das áreas rurais das microrregiões vizinhas.

O estudo de Brito (2011) aponta que os principais motivos que influenciavam os habitantes de áreas rurais a migrarem era os fatores de natureza econômica. Este fato é percebido, também, no estudo de Martine e Camargo (1984), onde apontam que o deslocamento das pessoas dentro ou fora de uma mesma região significa um reordenamento de oportunidades econômicas e sociais.

De acordo com Fonseca (2012) o desenvolvimento da cidade de Montes Claros teve como base três momentos: Colonização por volta do século XVII com a chegada dos pioneiros, que na época eram considerados exploradores do sertão e adquiriram as terras, entre eles o pioneiro Antônio Gonçalves Figueira, que construiu a fazenda de Montes Claros, sendo posteriormente conhecida como Vila Formiga. Em 1831, foi transferida para a categoria de Vila de Montes Claros, no entanto, em meados de 03 de junho de 1857, a vila foi elevada a município de Montes Claros, o segundo momento destacado

pelo autor, está associado a chegada da linha ferroviária em 1926, que permitia deslocamentos da cidade para capital mineira, e tornando trocas de

mercadorias e tráfico de pessoas mais acessível, o que proporcionou forte dinamismo a este período.

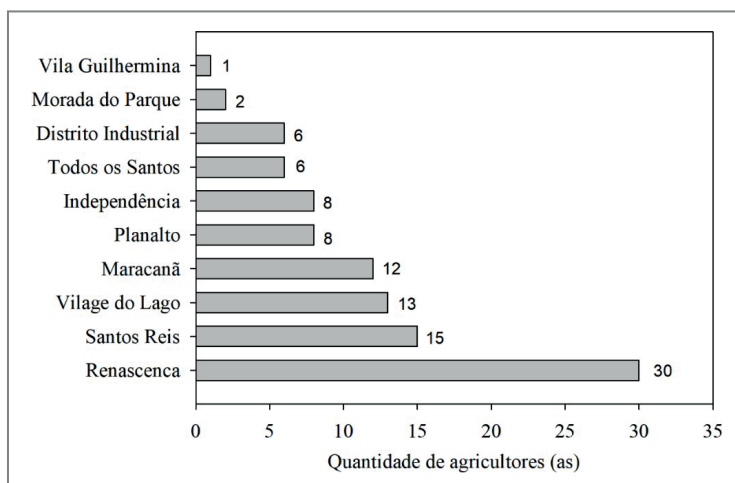
O terceiro momento, se deu, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em meados de 1950, e a partir de então, proporcionando os trametes vinculados aos órgãos governamentais, o que culminou a implantação do distrito industrial no município, entretanto, esses elementos proporcionam um dinamismo na organização urbana e também rural a partir das transformações ocorridas na organização da região e conseqüentemente o crescimento do município.

Contudo, o crescente processo de urbanização na região Norte Mineira, associado a tradicionalidade, resultou em novas formas de produção agrícola, com intuito e suprir a demanda do mercado. Quando analisamos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017) revela que o aumento tanto do número de estabelecimentos quanto da área em Minas Gerais foi superior ao ocorrido no Brasil, em relação ao último Censo, de 2006. Enquanto no Brasil o aumento do número de estabelecimentos foi de 1,5%, neste período de análise, em Minas foi de 12,8%. Dados do município de Montes Claros apontam um total de 3.334 estabelecimentos rurais, sendo que 2.750 desses estabelecimentos pertencem a Agricultores Familiares. Nesse sentido, o município apresenta na sua história as tradicionalidades, mas, também incorpora mudanças que são atreladas a modernidade que o país inteiro vem vivenciando.

Caracterização dos Agricultores Urbanos em Montes Claros - MG

A prática de Agricultura Urbana se apresenta de maneira ampla no município de Montes Claros, conforme demonstrado no gráfico 02 são várias as regiões na cidade que desenvolvem atividades agrícolas, no entanto, a pesquisa destacou algumas informações que comprovam a diversidade e atribuições as práticas realizadas, bem como, caracterização dos produtores, que apresentam uma dinâmica nas formas de produção.

Gráfico 02. Distribuição dos Agricultores Urbanos de acordo com a região.



Fonte: Da pesquisa, 2021.

No âmbito da naturalidade, além de Montes Claros foram identificados agricultores de outras regiões, pertencentes as imediações do município (Coração de Jesus, São João da Ponte, Espinosa, Grão Mogol, Bocaiuva e Salinas) e atual localização na cidade. A justificativa que culminou o processo de migração das regiões de naturalidade, apresentam uma explicação em comum entre os agricultores, que se refere a busca por melhor qualidade de vida, oportunidade de empregos com registro, acesso a universidade e também posse de moradia na cidade.

Nesse sentido, além da ampla área de distribuição da agricultura urbana, em relação ao número de regiões envolvidas nas práticas, também foram analisados os aspectos ligados a faixa etária dos produtores, no intuito de inferir em relação a sua abrangência e impacto social, onde, o termo "impacto" se refere aos resultados e efeitos do projeto conforme Cohen e Franco (1993). Os dados obtidos, mostram variações na faixa etária dos indivíduos envolvidos nas práticas de Agricultura Urbana, uma vez que foram encontrados agricultores que possuem desde 18 anos até 68 anos, sendo pertinente destacar o impacto em uma ampla faixa etária, englobando diferentes interesses.

No que tange ao gênero, verificou-se, uma participação diversificada, em razão de serem identificados homens e mulheres envolvidos nas atividades, ou seja, um ambiente que permite oportunizar de maneira democrática

a socialização. O desenvolvimento das atividades é realizado em âmbito individualizado e também coletivo conforme a figura 02. As práticas coletivas revelam, de certa forma, um nível de organização de base, com presença de pelo menos a ação de associação de bairro. Já as práticas espontâneas, ficou constado a ausência de algum órgão, público ou privado, como influenciador da referida prática.

O estudo aponta, também, várias modalidades da prática agrícola no ambiente urbano, como: hortas socioespaciais; hortas singulares e hortas pedagógicas.

Contudo, o estudo revela que a maior parte das hortas urbanas são desenvolvidas em terrenos públicos e em lotes de propriedade privada, livre de construções. Também foi observado que as hortas urbanas têm usos múltiplos podendo se constituir como: espaços verdes; espaços de produção de alimentos; espaços de economia e; espaços de terapia ocupacional. No entanto, as atividades em âmbito individualizado no geral, são realizadas em espaços dentro da própria propriedade, onde é comum a ocupação de quintais, enquanto as atividades restritas a um número de pessoas são frequentemente executadas por membros da família em locais alugados ou de posse pública, entretanto, as atividades conjuntas envolvem uma ampla interação social, onde, percebe-se parcerias na condução das práticas desenvolvidas.

Figura 02. Atividades agrícolas em âmbito individualizado (A), e coletivo (B).



Em relação as propriedades, as áreas destinadas a Agricultura Urbana também apresentam variações em relação ao tamanho, conforme a figura 03 porém, existe uma particularidade em comum dentro dos espaços observados, visto que, nenhuma área ultrapassou 1,3 hactares, dessa forma, utilizando as considerações de Goewie *et al.* (2003) é valido salientar que essa é uma das características que promove uma diferenciação entre Agricultura Rural e Agricultura Urbana.

Vale ressaltar que, a escolha da área destinada ao emprego das atividades agrícolas apresenta algumas especificidades, dessa forma, foram encontradas diversas condições, como, áreas pertencentes ao agricultor (posse), aluguel, meeiro, vazios urbanos e também espaços subutilizados.

Esta pesquisa aponta, também que a tipologia das hortas urbanas pesquisadas, dividindo-as em três tipos:

- a) lotes privados, são hortas cultivadas em áreas adjacentes as residências e aos edifícios, tem dimensões muito variadas, apresentam uma grande diversidade de cultivos e visam a diferentes objetivos (ambientais, sociais e econômicos);
- b) hortas pedagógicas, são cultivadas em áreas no interior das escolas municipais, com dimensões muito variadas e apresentam uma grande diversidade de cultivos não comercial e podem atender a diferentes necessidades e funções (educação ambiental dos estudantes, conscientização alimentar e formação humana) e;
- c) hortas sociais/comunitárias: as primeiras são destinadas à horticultura não comercial, visando ao autoconsumo das famílias, sendo que, enquanto as “hortas sociais são divididas em lotes e cada uma das parcelas é cultivada individualmente; no caso das hortas comunitárias toda a área é cultivada em grupo.

Figura 03. Áreas de produção em maior extensão (A), e áreas com menor extensão (B).

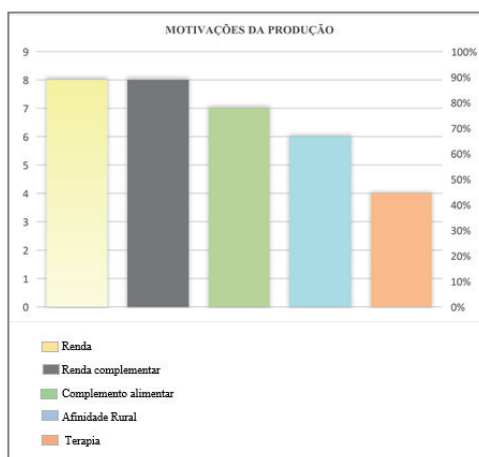


Fonte: Da pesquisa, 2021.

Principais motivações para práticas de Agricultura Urbana no município

A pesquisa em análise aponta que a prática da agricultura urbana independentemente das diferenças entre as percepções e a prática dos agricultores urbanos, cujas razões podem ser de várias motivações (Figura 03), apontam para a necessidade de um conceito que relaciona a Agricultura urbana como um catalisador para criação de sinergias entre os atores sociais e setores envolvidos na cadeia de produção. Esta área promissora e de enorme oportunidade que urge a expansão no município, através de programas e políticas que possam favoreceram o acesso à terra e espaço para subsidiar os agentes sociais da cadeia urbana alimentar.

Gráfico 03. Principais aspectos de motivação para prática de Agricultura Urbana em Montes Claros – MG.



Fonte: Da pesquisa, 2021

Daí a necessidade para o entendimento das motivações para o desenvolvimento da Agricultura Urbana no município de Montes Claros, é pertinente destacar que as práticas apresentam um princípio amplo, visto que, fornece não apenas uma estrutura para produção agrícola, mas também, o desempenho de outras funções como ambientais, sustentável definida por Machado e Machado (2002) como "Multifuncionalidade" isso é justificado pela variedade de motivações que foram apresentadas pelos agricultores, conforme destacado no gráfico 03.

No entanto, de acordo com a referência anterior, pode-se assumir que a motivação que se destacou, está associada aspectos financeiros, que visam fonte integral ou aumento na renda mensal através da venda dos alimentos produzidos, no entanto essa comercialização é realizada também em feiras comunitárias, mercado municipal ou até mesmo na própria residência, haja vista, alguns produtores realizam entregas, através de solicitações dos moradores nos respectivos bairros no qual estão alocadas.

Soma-se como destaque motivacional, a segurança alimentar e nutricional das famílias em razão de possibilitar a produção de alimentos base na alimentação, como frutas, verduras dentre outros, dessa forma, garante a melhoria da qualidade de vida e também interações sociais com acesso ao ambiente que preserva elementos ecológicos. Entretanto, outro aspecto motivacional com destaque está associado a ocupação das atividades agrícolas como prática de terapia ocupacional, visto que, a dinâmica de produção envolve variação nas atividades o que permite sair da rotina, promovendo qualidade e bem-estar (SILVA e FONSECA, 2011).

Em geral, as hortas urbanas identificadas em Montes Claros, têm usos múltiplos podendo se constituir como:

- a) - áreas verdes que melhoram o ambiente das cidades, complementando as áreas verdes tradicionais, podendo se constituir como jardins agrícolas;
- b)- áreas de produção de alimentação em que os moradores da cidade podem obter de forma simples, rápida e segura, os produtos que habitualmente consomem na sua alimentação;

- c)-áreas de promoção de renda em que se pode obter alimentos e, assim, comercializar nas feiras e/ou no comércio local e;
- d)- áreas de terapia ocupacional, em momentos de interação e socialização entre as mulheres agricultoras; momentos de descontração. De acordo com o diálogo com as agricultoras, a prática agrícola constitui, também, um momento de integração, inclusão social e convívio de pessoas que produzem ideias e laços afetivos

Outro fator importante no supracitado, é relativo a execução de atividade agrícolas por afinidade rural, visto que, foi relatado por alguns agricultores os vínculos da naturalidade, ou seja, a sequência das atividades que eram anteriormente realizada a região de origem, definida por Wanderley (2004) como “guia de continuidade, que por consequência, contribui para melhor compreensão das transformações do meio, e assegurando afetividade”.

Em geral, os objetivos dos agricultores urbanos, podem variar bastante dependendo das condições socioeconômicas dos praticantes. Assim, no caso das pessoas em situação mais vulnerável (desempregados, aposentados, imigrantes, jovens etc.), o cultivo das hortas e a produção obtida pode complementar a alimentação familiar ou a comercialização, na escala local, da produção excedente e proporcionar uma renda monetária complementar, como se verificou, por exemplo, em alguns bairros do município. Para os demais praticantes, de grupos sociais mais abastadas, o cultivo de hortas pode ser apreendido como uma forma empreendedora, de maior contato com a natureza ou a simples produção própria de gêneros alimentícios para a comercialização.

Em geral, os alimentos cultivados são produzidos para o consumo familiar, ou para venda direta ao consumidor, via feiras, ou para entrega nos comércios locais.

Práticas Agrícolas empregadas na Agricultura Urbana em Montes Claros-MG

O desenvolvimento de atividades agrícolas envolve técnicas de elaboração, visando produção satisfatória e garantia da qualidade do solo, no sentido de diminuição de danos ao ambiente, no entanto, as práticas agrícolas

compreendem protocolos e recomendações que visam melhorias das condições de cultivo e destino da produção.

Na agricultura urbana em Montes Claros, o cultivo é baseado em equilíbrio dos microrganismos presentes no meio de produção, dessa forma, o controle de patógenos como pragas e doenças é realizado a partir de recursos naturais, com isso, não são utilizados produtos químicos como herbicidas ou fungicidas para controle de pragas e doenças na maioria das áreas produtoras. Os métodos de controle mais utilizados são caldas e iscas naturais para mitigação do problema em questão.

Não obstante, o tipo de produção sustentável isenta a maioria dos agricultores de custos com adubos formulados, com isso, a forma de adubação empregada é obtida através de técnicas da compostagem (conforme a figura 04), e tratamento de rejeitos de animais realizado com parte dos materiais oriundos da própria área de produção, como partes vegetativas resultantes de podas, cascas de frutos, desbaste de hortaliças, que são incorporados com rejeitos de animais provenientes de fazendas próximas ao município, dessa forma, a matéria orgânica é convertida em adubo através da ação dos microrganismos presentes no solo.

Figura 04. Esquema de um tipo de composteira utilizada para tratamento de rejeitos animais e vegetais na Agricultura Urbana em Montes Claros - MG.



Fonte: SIQUEIRA, 2021.

O formato de adubação natural apresenta inúmeras vantagens para melhoria da qualidade do solo, preservação da umidade do solo, melhora a capacidade

de infiltração, aumenta a microflora do solo, e conseqüentemente a diminuição de pragas doenças devidas desenv equilíbrio no ambiente (NASCIMENTO, 2005).

Nesse contexto, a pesquisa em campo permitiu constatar a ampla diversidade de biodiversidade a partir das práticas de Agricultura Urbana, visto que, são utilizadas diferentes variedades de culturas, incluindo hortaliças, flores, frutos e também, plantas medicinais, sendo as hortaliças destacadas como principal cultivo. Foram identificadas cerca de 35 espécies de diferentes plantas, tangendo plantas comuns na alimentação, no qual, 09 das cultivares são plantas medicinais, 03 cultivares leguminosas, 07 frutíferas e ademais hortícolas.

A figura 05, permite identificar parte dessas diversidades de espécies utilizadas na Agricultura Urbana em Montes Claros – MG. Ao analisar as práticas agrícolas empregadas nas atividades de Agricultura Urbana, tem-se, ocupações que mantém formas de produção tradicionais, dessa maneira, uma prática comum entre as propriedades, e que merece destaque se refere a consorciação de culturas olerícolas, encontrada em diferentes locais, conforme destacado na figura 05.

Figura 05. Sistema de consorciação de hortaliças (A e B) utilizado pelos Agricultores Urbanos de Montes Claros – MG.



A produção de alimentos, a partir de atividades agrícolas no meio urbano, enfrenta diversos gargalos para o desenvolvimento, visto que, a produção depende de recursos externos, como água, energia elétrica transporte, em alguns casos insumos para implantação e também ferramentas manuais, entretanto, a implementação de políticas públicas para fomentar parte dos gastos oriundos dessa produção é pouco expansiva, e com isso, não são suficientes as contribuições as contribuições.

De forma geral, o desenvolvimento e expansão da agricultura urbana em Montes Claros, enfrenta alguns gargalos, de acordo com relatos dos agricultores se destacam:

- a) - Ausência de sensibilidade do poder público;
- b) - Dificuldade no acesso e deslocamento de água;
- c) - Pouco conhecimento de alternativas para controle de pragas, doenças e também adubação;
- d) Acesso dificultado para ocupação de áreas;
- e) - Dificuldade em reconhecimento da prática de Agricultura Urbana.
- f) - Pouco maquinário para facilitar as atividades;

Todos os gargalos supracitados foram identificados em mais de um local de produção, dessa forma, é incontestável ressaltar que impasses em relação a disponibilidade de área para produção e acesso a água, são dificuldades enfrentadas em grande parte dos sistemas de produção, uma vez que, os custos para obtenção de área e acesso a água são elevados, e com isso, as condições de produção são afetadas. A figura 06 demonstra a dificuldade em acesso a água e também sua distribuição na área de cultivo.

Figura 06. Uso e distribuição de água limitados em áreas da Agricultura Urbana.



Fonte: Da pesquisa, 2021.

Em relação as potencialidades, a pesquisa identificou que os produtores apresentam uma perspectiva abrangência das atividades, para que, mais espaços vazios sejam ocupados, contribuindo para melhoria estética da cidade, potencialização da segurança alimentar, amenizando problemas ambientais e tornando a cidade mais verde, visto que, é uma realidade na cidade, a presença de áreas sem utilização, e com potencial de produção (figura 07) dessa forma, foram identificadas as principais especificidades para garantia de abrangência:

- a) Iniciativa e apressio pela produção sustentável (produtos agroecológicos e orgân 31 b) Obtenção de insumos para fertilidade do solo é de fácil obtenção;
- b) A produção é comercializada de maneira facilitada;
- c) Interação com o consumidor;
- d) Interação social,
- e) Desenvolvimento de biodiversidade, garantindo qualidade de vida.

Figura 07. Vazio Urbano com potencial para produção no bairro Monte Sião Montes Claros - MG.



Fonte: Da pesquisa, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados desse trabalho permite destacar que, a Agricultura Urbana de Montes Claros representa uma ferramenta de suma importância para o município, pois, permite o envolvimento de diversos moradores de maneira ativa na produção de alimentos, e garantindo a segurança alimentar,

além de preservação da biodiversidade. Ressalta-se o papel das práticas agroecológicas que isentam os agricultores de problemas com dependência de insumos industriais.

Nota-se que, a Agricultura Urbana, permite a preservação de costumes tradicionais, principalmente de moradores alocados no município em decorrência do processo de migração, sendo parte oriundos da zona rural. E esta pratica se constitui numa atividade que vem ampliando a sua importância econômica e social no município e ao mesmo tempo em que se amplia a importância da agricultura urbana, se diversifica as suas formas de organização, a dimensão das áreas, os sistemas produtivos, a condição dos lotes e os objetivos e finalidades dessa atividade. Nesse contexto, as hortas urbanas pesquisadas em Montes Claros se constituem numa dessas possibilidades de segurança alimentar e nutricional.

Em relação a disponibilidade de áreas públicas para o desenvolvimento da Agricultura Urbana, a pesquisa permite destacar a existência de locais que poderiam ser utilizados para práticas de Agricultura Urbana, a exemplo: Linhas de transição de energia, áreas sem execução de projetos públicos, praças, órgãos públicos municipais. Entretanto, são poucas as estratégias e iniciativas do poder público municipal voltadas para atividades de Agricultura Urbana.

E finalmente, importa registrar que o uso dos vazios urbanos ajuda a reduzir o acúmulo de lixo e a presença de vetores (ratos, moscas etc.), responsáveis por doenças. Essa pratica em ambiente urbano dinamiza, também, a oportunidade de educação ambiental, da terapia ocupacional e a promoção da solidariedade e cidadania, além de propiciar à cidade uma paisagem diferenciada.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação- uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRITO, G de S. *Migrações rurais e fluxos de conhecimento em agroecologia: o caso de Montes Claros*. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, Montes Claros, 2011.

CANAN, L. F. *Leitura da paisagem urbana da cidade de Montes Claros: análise das transformações do "coração do núcleo urbano"*. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERREIRA, J. R.; CASTILHO, C. J. M. *Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial*. Recife: Revista de Geografia, Recife, v. 24, n. 2, p. 6-23, 2007. Disponível em: Acesso em: 01 Ago. 2021.

FONSECA, A. I. A. *Agricultura Familiar como Sustentabilidade: Estudo de Caso do Planalto Rural de Montes Claros/MG*. 2012. 181 f. Tese de Doutorado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro. 2012.

GOEWIE, E.; HIRTUM, M.; VEENHUIZEN, R.; GETACHEW, Y. *A transição para uma Agricultura Urbana Ecológica: um desafio*. Revista Agricultura Urbana, n.6. 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE – Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro, 2020. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE – Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2012.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. *Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, n. 1, p. 99-144, 1984.

MONTE CLAROS. Prefeitura Municipal. *Lei complementar no 53, de 01 de dezembro de 2016. Plano Diretor de Montes Claros*. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/lei/lei-complementar-n-53-de-01-de-dezembro-de-2016>. Acesso em: 17 jun. 2021.

MONTE CLAROS. Prefeitura Municipal. SEPLAN. *Plano Diretor de Montes Claros*. Montes Claros: PMMC, 2001.

NASCIMENTO, A. M. do (et. al). *Química e Meio Ambiente: Reciclagem de lixo e química verde: papel, vidro, pet, metal, orgânico*. Secretaria de Educação: Curso Formação Continuada Ciências Da Natureza, Matemática E Suas Tecnologias, 2005.

OJIMA, R., HOGAN, D.J. *População, urbanização e ambiente no cenário das mudanças ambientais globais: debates e desafios para a demografia brasileira*. Campinas: NEPO, 2008. Disponível em: Acesso em 09 Ago. 2021.

PINHEIRO, C. E. F.; *Agricultura urbana em Montes Claros, MG: funcionalidades, produção e comercialização*. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, Montes Claros, 2017.

SCARLATO, F. C.. *Estrutura e Sobrevivência dos Cortiços no Bairro do Bexiga*. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v. 9, p. 117-127, 1995.

SILVA, E. C. R; FONSECA, A. B. *Hortas em escolas urbanas, complexidade e transdisciplinaridade: contribuições para o ensino de ciências e para a educação em saúde*. Semantic Scholar: UFRJ, 2011. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Hortas-em-escolas-urbanas%2C-Complexidade-epara-a-e-Silva-Fonseca/f8f0fb62d0e3c6f7a1372153a3f3ca2c0d678d0b>. Acesso em: 18 set. 2021.